



**ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS**

**ALSF nº 126 / 2023**

**Validade: 16/04/2024**

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA) criada pela Lei nº 5.769, de 27 de junho de 2013; com respaldo na Lei Complementar 140/2011, na Resolução CONAMA 237/1997, na Resolução CONSEMA 372/2018 e alterações, no Termo de Cooperação de Delegação de Competência para o Licenciamento e Fiscalização Florestal nº 16 / 2018, firmado com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / DBIO e com base nos autos do **Processo Administrativo nº 510 / 2023**, expede o presente Alvará para Licenciamento de Serviços Florestais que autoriza:

**Requerente:**

Nome / Razão Social: Município de Santa Maria  
Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos  
CPF / CNPJ: 88.488.366/0001-00  
88.488.366/0001-00  
Email: smis@santamaria.rs.gov.br

**A executar:**

Manejo da arborização urbana, arboretos e árvores isoladas (supressão e/ou poda de árvores nativas e exóticas), conforme identificação a seguir:

CODRAM: 10440,20 - porte único, potencial poluidor baixo (Resolução CONSEMA nº 372 / 2018 e alterações)

**Localização:**

Logradouro: Estrada Januário Chagas Franco nº  
Bairro / Distrito: 9º Distrito, Santa Flora  
Matrícula no cartório de registro de imóveis nº:  
Coordenadas geográficas (SIRGAS): Lat.: -29.885004º e Long.: -53.815612º  
Cadastro nº (1):  
(1) Boletim Cadastral Imobiliário (BCI) / Setor de Geoprocessamento / IPLAN

**Árvore(s) nativa(s) e exótica(s) a ser(em) suprimida(s):**

Nome popular:	Nome científico:	Área (m²):
Branquilha, Carvalhinho, Jerivá, Açoita cavalo, Taquara, Sarandi, Amarelho, Pitangueira, Eucalipto, Vassoura, entre outras.	<i>Sebastiania commersoniana</i> , <i>Casearia sylvestris</i> , <i>Syagrus romanzoffiana</i> , <i>Bambusa sp</i> , <i>Phyllanthus emblica</i> , <i>Terminalia australis</i> , <i>Eugenia uniflora</i> , <i>Eucalyptus sp</i> , <i>accharis dracunculifolia</i>	1000

Obs 1: Obra pública com o objetivo de redução de risco de enchente.

Obs 2: Desassoreamento da calha do Arroio com a possível supressão de algumas árvores.

**Condições e restrições a serem observadas:**

- Somente o podador em sistema elétrico de potência deve ser designado para trabalhos próximos a redes elétricas, conforme estabelecido na NR 10 (Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE);
- A poda de galhos junto ou próximos a rede de distribuição de energia elétrica deverá ser executada pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.;
- Recomenda-se que no planejamento e execução das supressões e/ou podas autorizadas, a equipe responsável seja orientada / supervisionada por um profissional habilitado;
- Após o corte ou poda de árvore(s) nativa(s), caso seja necessário o transporte da(s) tora(s), do(s) galho(s) ou lenha originada deste corte ou poda, é necessário que esta madeira esteja acompanhada do Documento de Origem Florestal (DOF) da origem ao destino;
- As motosserras a serem utilizadas no manejo florestal anteriormente tipificado devem estar devidamente regularizadas





junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA);

- O material lenhoso resultante das supressões e/ou podas não poderão ser queimados no local, também deverão ser dispostos de forma a prevenir que haja qualquer foco de incêndio;
- O material lenhoso resultante das supressões e/ou podas não poderá obstruir total ou parcialmente qualquer recurso hídrico;
- Deverá ser observado o destino da galharia, sendo de responsabilidade do proprietário a correta destinação da mesma para locais devidamente licenciados para seu recebimento;
- Deverá ser suspensa a supressão ou poda da(s) árvore(s) que porventura for constatada alguma forma de nidificação até o término do período de incubação desta(s) ave(s);
- Deverá ser suspensa a supressão ou poda da(s) árvore(s) que porventura for constatada a presença de colmeias de abelhas nativas (meliponíneos) ou exóticas. Tal fato deverá ser comunicado a SMA;
- Este ALSF deverá estar disponível no local do manejo florestal para fins de fiscalização;
- A condições e restrições anteriormente elencadas deverão ser respeitadas visto que o seu descumprimento poderá implicar nas sanções constantes na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos crimes ambientais).

Santa Maria/RS, na data da assinatura digital.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE**  
**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**  
Em conformidade com o Parecer Técnico 523/2023

**Autenticidade: RRW718K1N45041**



# REQUERIMENTO

## À SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE SANTA MARIA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE

Município de Santa Maria, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 88488366000100, instalado na Rua Venâncio Aires, n 2277 - Centro , vem mui respeitosamente solicitar:

Tipo de Documento: ALVARÁ DE SERVIÇO FLORESTAL

Atividade: MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA, ARBORETOS E ÁRVORES ISOLADAS

Ramo de Atividade: 10440,20

Não Se Aplica : 0.010000

Situação do Documento: Renovação

Nestes termos,

Pede deferimento.

- Este REQUERIMENTO deverá ser entregue juntamente aos demais documentos do "Check List" para solicitação de licenciamento, disponível na opção "Consultas/Formulários"
- O Processo somente terá seguimento a partir da importação dos dados pelo Meio Ambiente
- Acompanhe pelo Login do Técnico/Empreendedor ou pelo menu "Consultas/Protocolos" o andamento de sua solicitação.

---

Município de Santa Maria

Santa Maria(RS), 07 de fevereiro de 2025

## Comprovante do Protocolo

Processo nº: 66/ 2025

Protocolo nº: 56/ 2025 de 07/02/2025

**Proprietário: Município de Santa Maria - Preposto: Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade** torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Santa Maria, à ALVARÁ DE SERVIÇO FLORESTAL , para a atividade 10440,20 - MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA, ARBORETOS E ÁRVORES ISOLADAS , e localizada no endereço Estrada Januário Chagas Franco , 9º Distrito, Santa Flora - Santa Maria/RS.

**Esta publicação atende os termos da Lei Federal 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente) com redação dada pela Lei Complementar 140/2011 para os processos de licenciamento ambiental.**

Art 10. [...]

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.

Também atende o princípio da publicidade com base legal no Artigo 5º, XXXIII, XXXIV, LXXII, da CF 88 e Artigos 2º, parágrafo único, V, e 3º, II, da Lei nº 9.784/99.